

tativo, mais raro: extraem-se às vezes do contexto as razões gerais que permitiriam explicar situações particulares.”⁷

Que bom, partilhamos já as dificuldades do ofício! Mas as promessas dos novos objetos interpõem dificuldades ainda maiores. Como diz Revel, em sequência, há pelo menos 20 anos, vem-se tentando novas modalidades de articulações do texto com o contexto. Pensemos em historiadores como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg que nos sugerem primorosas inversões – independentes da escala de observação a ser adotada –: não começar construindo um genérico contexto global para nele situar, *a posteriori*, o objeto particular, mas “constituir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados” (*idem*, p. 27).

Isso não é nada simples; exige procedimentos ainda mais refinados de pesquisa; maior agudeza conceitual e, o que é absolutamente fatal!, exige uma dose considerável de erudição. Do contrário, as chances são muito grandes de resvalarmos para o tão-somente pitoresco ou de reproduzirmos práticas que tanto combatemos: na falta de evidências, preenchemos as lacunas com argumentos de autoridade ou construímos uma narrativa simpática, porém irrelevante.

Por fim, quero enfatizar que foram destacados apenas alguns dos aspectos da obra de Jorge Nagle que merecem especial atenção; há muitos outros que a justificam como um “clássico” da História da Educação Brasileira. Por isso, superá-la não é tarefa das mais fáceis.

No mais,

“*Abandonemos os céus aos paradais e aos anjos*”. (Heine/Freud)

Mirian Jorge Warde
Professora da PUC/SP.

Notas

¹ Carta de 28 de novembro de 1962, enviada por Laerte R. de Carvalho ao professor Jorge Nagle, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Essa correspondência foi gentilmente cedida pelo professor Nagle.

² Em carta de 25 de abril de 1961 ao seu orientador, Nagle refere-se a um encontro do ano anterior.

³ Nagle era professor da Cadeira de Teoria Geral da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara quando foi chamado por Laerte Ramos para integrar o grupo de pesquisa. Assim como ele, outros membros do grupo eram professores das faculdades isoladas paulistas, que se distribuíam pelo interior e que mais tarde foram integradas à UNESP. O lugar ocupado pela Cadeira História e Filosofia da Educação da USP, sob o comando de Laerte Ramos de Carvalho, no itinerário da disciplina História da Educação, está sendo estudado pelo doutorando Bruno Bontempi Jr., da PUC-SP.

⁴ Participaram da banca de arguição da tese de livre-docência: Dante Moreira Leite, João Cruz Costa, Amélia Americana Domingues de Castro e Octávio Ianni.

⁵ Antes que algum foucaultiano distraído suponha que me refiro a um conceito do arsenal, informo que o termo é utilizado por Nagle, provavelmente porque domina bem a língua portuguesa.

⁶ Objeto da tese de doutorado em elaboração, de Maria Rita Almeida Toledo, na PUC-SP.

⁷ Jacques Revel. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 27.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

O livro *A Cultura Brasileira* foi publicado em 1943¹ como introdução do

Censo de 1940. O livro já é projetado por Fernando de Azevedo para ser obra “monumental”. Monumental por ser a introdução do maior Censo que se produzira até então²; monumental pela própria função atribuída à obra de ser uma “síntese do Brasil de corpo inteiro”, tornando o Brasil “mais conhecido aos brasileiros e a descobri-lo aos homens dos outros países”.

Para realizar tamanha empresa Azevedo organiza seu projeto em torno da idéia de produzir uma “síntese”: “dar uma vista de conjunto, tão completa quanto possível, da cultura no Brasil, nos fatores que a condicionaram, nas suas diversas manifestações artísticas, literárias e científicas, etc. e na formação do aparelhamento institucional, cultural e pedagógico, destinado a perpetuar, transmitir e desenvolver o patrimônio cultural do país” (Carta de Azevedo a Venâncio Filho, 30/7/1940).

A síntese proposta em *A cultura brasileira* pretende realizar dupla operação: a constituição de um corpo de fenômenos constitutivos da nação; e de interpretar tais fenômenos para tornar o Brasil mais conhecido aos brasileiros. O trabalho de síntese depende de uma escolha específica e estratégica em relação à temática de modo a permitir a constituição do desenho da nação e, ao mesmo tempo, a interpretação de seus fenômenos, de sua evolução e de suas tendências; deve ainda ser executado por uma “ciência sólida” e um “conhecimento bastante profundo de todos os grandes problemas” que permitiriam ir “direto ao essencial” (Cf. Azevedo, 1958, p. 12). É reconhecendo-se como portador dessa dupla condição que Azevedo realiza sua empresa monumental.

A cultura brasileira foi gestada após as publicações de *Princípios de sociologia* (1935) e *Sociologia educacional* (1940), livros nos quais Azevedo organiza suas reflexões teóricas sobre o campo da Sociologia, demonstrando seu domínio sobre autores, temáticas e métodos, e afirma sua identidade de soció-

logo.³ A segunda condição – de profundo conhecedor de todos os grandes problemas do Brasil – encontra-se na sua posição de político e reformador da educação. É a partir desse duplo posicionamento do autor que *A cultura brasileira* é apresentada nesta resenha.

A síntese, na perspectiva de Azevedo, significa operação permanente de escolhas dos fenômenos, dos dados e dos acontecimentos que dêem identidade e expliquem a essência da nação balizados pelas operações científicas da Sociologia.⁴

A cultura brasileira é, segundo Azevedo, fruto do estudo metódico da estrutura e do comportamento dos grupos humanos, no tempo e no espaço, que a compõem. Por isso a necessidade de estudá-lo “desde suas origens até seu estado atual”.⁵ A idéia é, ao mesmo tempo, a possibilidade de produzir uma síntese da cultura brasileira estão na definição do próprio objeto de estudo da Sociologia: a sociedade. (Cf. Azevedo, 1958, p. 12-13).

A sociedade, para Azevedo, é definida não pela soma dos indivíduos, nem pela sua média, “é antes a sua ‘síntese’, com propriedades características e específicas que cada indivíduo não permitiria adivinhar e que é preciso estudar onde elas estão: no conjunto coletivo, no conjunto considerado como tal e não em cada um dos indivíduos que o compõem” (Cf. Azevedo, 1935, p. 44). O objeto da Sociologia é, então, reconhecer os fatos sociais e explicá-los – produzir, através do método, a síntese racional que é a essência da sociedade.

Tornar o Brasil mais conhecido é, portanto, reconhecer e estudar seus fatos sociais, estabelecendo a “essência” dessa sociedade. O autor objetiva, em sua síntese da sociedade brasileira:

“acompanhar, sob todos os seus aspectos, a evolução do povo e a formação da comunidade e da vida nacional em mais de 400 anos de história; assinalar-lhe as características, tendências e impulsos, que já aparecem,

desde a sua origem e na sua originalidade, enquanto a civilização se forma e se modela nas lutas contra as invasões e hostilidades do meio; apreender-lhe, em seus traços e por suas reações aos fenômenos naturais e aos acontecimentos humanos, a “alma” ou a mentalidade coletiva, e as transformações que sofreu; exprimir o que há de comum entre regiões extremamente diferenciadas, mas próximas uma das outras pela unidade fundamental da formação de um povo, impregnado através dos séculos pelo cristianismo e por tudo que lhe carregou, nos seus aspectos materiais e espirituais, a influência portuguesa, preponderante na interpenetração dos elementos, indígenas e africanos”.

(Azevedo, 1958, p. 14)

Por um lado, pretende estudar aquilo que faz desta sociedade a sua peculiaridade – “assinalar-lhe as características, tendências e impulsos” – e, de outro, pretende verificar as heranças, ou o que há em comum entre o movimento peculiar desta cultura e o movimento de evolução das culturais a partir das quais surgiu. É a partir da definição e do isolamento de um organismo social independente – no tempo e no espaço –, que se pode estudar as relações causais entre os fatos e diferenciá-los no que são específicos e no que são gerais e, ainda, verificar como se refletem os fatos gerais na especificidade de cada sociedade. Assim,

“ligando a história da cultura brasileira, de um lado, às idéias que sobre ela influíram e, em geral, à evolução das grandes correntes religiosas, políticas e filosóficas do Ocidente, e, de outro, às condições específicas de nossa formação social, como um país, a raça, e as formas de estrutura social, econômica e política, poder-se-á compreender melhor as evoluções paralelas que se operaram, na Europa e no país, sem grande separação da fonte comum, as formas especiais que a cultura tomou entre nós, a facilidade com que se propagam certas idéias, como resistên-

cias opostas pela sociedade a outras manifestações e movimentos da cultura ocidental”. (Azevedo, 1958, p. 33)

A síntese possível da evolução de uma dada sociedade está na determinação do que é específico ou peculiar dentro das leis gerais que estruturam as transformações de todas as sociedades.⁶ Portanto, o método sociológico é o instrumento eficaz para a compreensão da evolução de uma dada sociedade na medida em que classifica os fenômenos “segundo a função especial que eles preenchem ou a relação que sustentam com algum fim social”, estabelecendo as leis gerais que regulam o ritmo da vida social na sua gênese, organização e evolução (Cf. Azevedo, 1935, p. 51-52).

O estudo deve contemplar duas dimensões: o movimento geral das sociedades Ocidentais, dado que o Brasil tem sua gênese nessas sociedades; o movimento peculiar que faz do Brasil uma civilização independente. As duas dimensões são interpretadas à luz das leis gerais do funcionamento de todas e quaisquer sociedades que traduzem no próprio método de investigação dos fenômenos sociais.

O estudo dos fatos sociais da civilização brasileira, dentro de uma síntese possível, requer um recorte temático. A condição de produção da síntese está no desenvolvimento dos estudos limitados, ou delimitados, dos fenômenos, cujos resultados recompõem a unidade da ciência – que é a própria síntese da sociedade.⁷

O recorte temático proposto pelo autor para o estudo da sociedade brasileira é a cultura, que tem como função a produção, a circulação e a organização no domínio espiritual dos valores e dos bens espirituais “com que instaura um domínio que é uma pátria e um asilo para todos, a inteligência não só os distribui e se esforça por torná-los acessíveis a um número possível, como empreende a organização da sociedade, segundo pontos de vista espirituais” (1958, p. 28).

A cultura é um dos acessos possíveis ao estudo dos fenômenos sociais. Acesso esse que incide diretamente no modo pelo qual a sociedade se pensa ou se representa, assim, pode-se tornar recorte temático fértil para o estudo dos fenômenos sociais do Brasil e guia condutor para a síntese proposta, porque a cultura, por um lado, tem a função de instaurar os bens e os valores espirituais que definem ou dão identidade a uma determinada civilização, e, por outro, só se mantém e se desenvolve conforme as transformações dos outros fenômenos sociais daquela sociedade (Azevedo, 1958, p. 28-29).

Pelas suas próprias condições, o recorte temático para o estudo da sociedade brasileira permite, segundo o autor, sintetizar um país que se caracteriza por diferentes tipos e graus de civilização, com contrastes de riqueza, de paisagens naturais e variantes coletivas que, “resultantes das diversidades de sistemas de exploração econômica e modos de vida, tão fáceis de reconhecer nas oposições de escalas de valores, de atitudes e padrões de comportamento”, cria grandes dificuldades para o pesquisador que teria que produzir um estudo exclusivo de cada um destes graus de civilização, porém, através da cultura é possível reconhecer, na diversidade característica do país, as conexões que comporta e que formam a mentalidade do povo (Azevedo, 1958, p. 15).

A educação, definida como o lugar da transmissão das tradições ou das consciências coletivas, o lugar da ação coercitiva que molda os indivíduos à imagem da sociedade, é *locus* em que pode ser apanhado o que caracteriza o coletivo na diversidade das civilizações brasileiras, portanto, é o lugar mais fértil para o estudo da cultura brasileira.⁸ A educação contém a essência da cultura porque é o que dela é perpetuado para que se garanta a existência da consciência coletiva – dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade – formando um siste-

ma determinado que tem vida própria.

O que importa estudar para explicar os destinos das nações, segundo o autor, são “as transformações de sua vida material, a sucessão de suas maneiras de produzir, de vender e de consumir e, de outra parte, as transformações de sua vida intelectual, a série das descobertas, cujos resultados, quando chegam à organização lógica à aplicação industrial, dirigem todo o resto” (Cf. Azevedo, 1935, p. 100-101). Ou seja, através do estudo dos fenômenos econômicos é possível determinar o grau de civilização em que uma sociedade se encontra. E se, por outro lado, a cultura lhe acompanha as transformações (completando, portanto, a evolução para a civilização), é possível determinar o ritmo do progresso dessa civilização.⁹

A cultura, para Azevedo, é uma das “pontas” que determinam a evolução social, que dão significado e unidade ao organismo social, em cuja base está a economia, a outra ponta da evolução social. Se há transformações econômicas sem transformações culturais, não há progresso numa sociedade, porém, se a cultura acompanha as transformações econômicas o organismo social evolui, mantendo a unidade social.

A educação, na perspectiva do autor, engendra o acesso seguro ao próprio estudo da cultura, fornecendo ao pesquisador um guia seguro para a produção da síntese da cultura e, portanto, da civilização (Azevedo, 1958, p. 35).

O estudo da cultura brasileira deve ser precedido, na exposição lógica do texto, da análise das grandes influências que puderam agir sobre a produção dos fatos de cultura. Para Azevedo, estes fatos são: o meio físico e étnico (o país e a raça), o meio econômico e político, o meio urbano (tipos e vidas das cidades) e a mentalidade particular do povo, “determinada esta, por sua vez, por todos esses elementos que condicionaram a sua formação” (Cf. Azevedo, 1958, p. 29). Segundo o autor, essas diversas ordens de fenômenos têm

relações variáveis com os fenômenos da cultura, “porque os provocam e os orientam à maneira de causas e de fatores, e podem ainda, quanto a certa categoria de fenômenos, (econômicos, urbanos, espírito coletivo) sofrer contra golpes e reações dos fatos de cultura e receber deles um impulso determinado” (Cf. Azevedo, 1958, p. 29-30).

Sintetizar a evolução cultural do país pressupõe, segundo o autor, a análise dos fenômenos que causam ou se correlacionam com a cultura. Daí o modo pelo qual a obra é estruturada: Os fatores da cultura; A cultura; A transmissão da cultura. Não há, para Azevedo, a possibilidade de analisar qualquer fenômeno social sem interligá-lo aos fatos que o precedem (causas) e os fenômenos que também caracterizam a sociedade examinada (correlação dos fatores).¹⁰ Por isso, cada um dos capítulos que compõem os diferentes tomos contém a evolução daquele determinado fator desde a chegada dos portugueses até o presente. Justificando-se, assim, a estrutura proposta para *A cultura brasileira*:

“É preciso, para compreendê-la e explicá-la, situar a cultura nacional no seu quadro geográfico, social e histórico, acompanhá-la nas diferentes etapas de sua evolução, nas suas orientações e tendências, para mostrar, em seguida, quais as instituições que se organizaram, prepostas ao fim de transmiti-la, já sistematizada, de geração para geração para assegurar a sua continuidade no tempo, a sua unidade, a sua difusão e os seus progressos” (Cf. Azevedo, 1958, p. 29).

O primeiro tomo tem como objetivo a análise dos fatores de toda a ordem que condicionaram a produção dos fenômenos culturais e contribuem, portanto, para explicá-los. Os quadros geográfico, econômico e social devem ser expostos nas diferentes etapas de sua evolução. O segundo tomo tem como objetivo a exposição das características da cultura propriamente dita em suas diferentes fases da evolução, assim

como das instituições, sendo estas os fatos considerados realizados e, portanto, o que a caracteriza. O terceiro tomo pretende mostrar quais as instituições que se organizaram para transmitir a cultura já sistematizada, de geração em geração, para assegurar a sua continuidade e os seus progressos.

A cultura, na concepção de Azevedo, mantém a unidade da sociedade, no espaço e através do tempo, na medida em que é transmitida pelas gerações mais velhas às mais novas: “os seus ideais, o seu caráter coletivo e as suas tendências, a sociedade exprime, melhor e mais profundamente, [...] pela educação que não somente constitui um dos aspectos mais característicos, mas é o próprio veículo da cultura e da civilização” (Cf. Azevedo, 1958, p. 35). O autor opera, então, um recorte dentro do tema escolhido, elegendo a educação como objeto específico – fenômeno educacional – que, por sua própria característica, revela a essência de uma civilização, propiciando ao investigador uma das vias mais seguras de penetração da história de um país (Cf. Azevedo, 1954, p. 35). Por isso a exposição sobre as instituições ou os sistemas educacionais é o que dá fechamento à obra, é nela que se opera a unificação de todos os fatores que são expostos na síntese e que, ao longo da pesquisa, foram o fio condutor da análise dos outros fatores.

Para o autor,

“se se considerar, de fato, que a educação consiste, em sua essência, na transmissão da civilização, numa presença exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens, a fim de que estas recolham e realizem os ideais que aquelas trazem consigo, compreender-se-á que “esses ideais, como observou P. Fauconnet, nunca talvez seja mais fácil apreendê-los do que quando se assiste à sua transmissão”. No que uma geração faz para criar os seus sucessores, há certamente ocasião para surpreender o segrêdo de sua alma e traçar o quadro de sua sociedade, vista através

de seu sistema de educação”. (Azevedo, 1958, p. 35)

Azevedo considera, como já foi exposto, a educação a “via segura” pela qual pode estudar os fenômenos sociais por ser esta determinada pelas estruturas sociais, já que age sobre os indivíduos para moldá-los à sua imagem, “marcá-los mais ou menos conscientemente com o seu caráter e, tornando-os semelhantes, assegura a sua coesão interna, a continuidade do grupo como tal e o seu crescimento” (Cf. Azevedo, 1954, p. 33). As transformações nas estruturas sociais determinam transformações nos sistemas educacionais que têm justamente a função de moldar as novas gerações. Desta forma, eleger a educação como eixo de estudo da cultura permite ao autor operar a síntese dos fatos sociais.

Azevedo define uma obra de síntese como aquela que tem

“duplo objetivo de unificar os conhecimentos dispersos até hoje nos trabalhos de detalhe, e de abandonar tudo o que é secundário, inexpressivo, acessório, para fixar o essencial e indicar as grandes linha de desenvolvimento.” (Azevedo, 1958, p. 37)

A educação, definida como tal, pode transformar-se no critério daquilo que é o “essencial” para ser exposto na síntese porque é na educação que a sociedade transmite o que lhe é essencial para se manter como organismo social, e, ao mesmo tempo, é o eixo unificador dos fenômenos sociais na medida em que é definida como a própria “coesão social”, mudando quando há transformações nos outros fenômenos sociais.

O estudo se faz no sentido inverso ao da exposição: é a partir da redução do campo da investigação, portanto da observação metódica dos fenômenos mais simples, que os fenômenos mais complexos podem ser explicados. É a partir da observação e da interpretação dos fenômenos educacionais (fenômeno mais simples) que a síntese da evolução social pode ser organizada.

A educação é, assim, uma espécie de espelho da sociedade e da história de sua evolução porque acompanha as mudanças operadas no seu interior preparando os indivíduos para o trabalho e para as relações sociais cotidianas e, ao mesmo tempo, conserva as tradições que dão identidade para o organismo social ao qual o indivíduo está ligado, assegurando a continuidade do grupo como tal em sua evolução (Azevedo, 1958, p. 37).

Só há, para o autor, a possibilidade de estudar a mudança em uma determinada sociedade se houver uma “unidade” capaz de lhe explicar a continuidade. Se a unidade desaparecer é sinal que aquela sociedade também desapareceu. A “unidade” não deve ser procurada nem no econômico nem no geográfico, mas “no sistema de valores incorporado a este grupo”. Ou seja, é a cultura que dá unidade ao grupo e é na cultura que a unidade se realiza. “Todo processo histórico comporta, pois, seu padrão, seu tipo caracterizado pelas relações dos valores de cultura e dos sistemas utilitários (econômico, técnico) com fatores propriamente materiais” (Cf. Azevedo, 1954, p. 159). A função responsável pela coesão interna das sociedades, ou pela transmissão do “padrão”, é a educação, portanto, o lugar da essência da cultura.

Ou seja, a síntese, dentro do programa durkheimiano da Sociologia, deve procurar nos fatos passados as causas do presente. Deve debruçar-se sobre o que “passa”, “o que fica”, do passado no presente, os acontecimentos presentes que trazem em si o que sobreviveu do passado. É sobre os problemas do presente, na perspectiva adotada por Azevedo, que se deve operar a busca das causas no passado.¹¹

A educação, neste sentido, faz-se, também, via segura de entrada, porque nela, em seu estado atual, encontram-se as tradições, o que tem sobrevivido e tem se perpetuado do passado no presente, assim como o modo pelo qual as

mudanças introduzidas são harmonizadas com os padrões da sociedade, dando continuidade a sua coesão.

Para o autor,

“como no período que se estendeu de 1926 a 1940, de agitações e efervescência intelectual, muitas vezes em minhas elocubrações, como em meus projetos de reforma da educação, meu pensamento se havia fixado em estudos brasileiros, foi-me menos difícil de que a princípio cuidara, realizar o plano que esbocei d’ *‘A Cultura Brasileira’*”. (Azevedo, 1958, p. 16)

Os problemas propostos em *A Cultura Brasileira*, para a produção da síntese, gestados no ambiente de agitações e efervescência intelectual, refletem a busca, no passado, das explicações e interpretações para o Brasil “presente”. A escolha de seu tema e da via de acesso metodológica para a análise e a interpretação de seu tema é fruto das próprias condições de produção do período em que a obra foi escrita. As suas escolhas, assim como sua análise do presente, que conduzirá à busca das causas no passado, são legitimadas por sua própria atuação no campo da Educação, como educador e sociólogo que procura introduzir o proceder científico nos trabalhos intelectuais do Brasil, e por seu próprio testemunho, como político que participa ativamente do embate pelas reformas educacionais.

Maria Rita de Almeida Toledo

Doutoranda em Educação: História, Política e Sociedade (PUC-SP).

Referências bibliográficas

- ARQUIVO FERNANDO DE AZEVEDO. IEB – USP. São Paulo.
- AZEVEDO, Fernando de., (1935). *Princípios de Sociologia*. São Paulo: CEN.
- _____, (1954). *Sociologia Educacional*. São Paulo: Melhoramentos.
- _____, (1958). *A Cultura Brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IBGE.

TOLEDO. Maria Rita de Almeida, (1995). *Fernando de Azevedo e A Cultura Brasileira. Ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura*. São Paulo: EHPS/PUC (dissertação).

Notas

¹ *A Cultura Brasileira* teve seis edições (1943, 1944, 1958, 1964, 1971 e uma do final da década de 1990). As duas primeiras edições não contêm qualquer modificação no corpo do texto. A segunda edição foi feita para que a obra fosse vendida, dado que a primeira teve uma circulação restrita por ser Introdução do Censo; a terceira edição foi revista e ampliada – é uma “segunda” versão da obra; as outras edições tiveram apenas reformulações na paginação, não sofrendo acréscimos ou supressões; a última edição não foi por mim analisada.

² Sobre o projeto do Censo de 1940 e a elaboração da proposta de Azevedo para o livro ver Toledo, 1995.

³ Venâncio Filho, colaborador fundamental na produção de *A cultura brasileira*, comenta o livro pronto em carta a Azevedo: “Veja que faz triptico com a sociologia geral e a educacional, sendo obra aplicada ao Brasil, estudo específico que fazia falta à sua obra” (Carta de Venâncio Filho a Azevedo, 28/8/1943).

⁴ Azevedo refere-se à Sociologia definida em seu manual *Princípios de sociologia*, 1935, como: “deve tender, pelo estudo da estrutura e comportamento dos grupos humanos, no tempo e no espaço, a desprender e isolar o fato social da complexidade dos fatos que o condicionam, e estabelecer as generalizações fundadas sobre os fatos e, portanto, as leis gerais que regulam o ritmo da vida social na sua genese, organização e evolução. [...] Esta realidade social, real, objetiva e observável, que manifesta a natureza dos grupos e pertence a um grupo tanto quanto um ‘todo’, abrange, pois, não somente os fatos sociais, considerados como realizados, isto é, ‘instituições’, senão,

também os fatos considerados como ‘em ser’, ou movimentos sociais” (Cf. Azevedo, 1935, p. 49-50).

⁵ Para uma discussão detalhada da periodização produzida n’*A Cultura Brasileira* ver Toledo, 1995.

⁶ A Sociologia, segundo o autor, deve estudar, então, a evolução das sociedades para “desprender as leis gerais que presidem à sua constituição, ao seu funcionamento e à sua evolução” (Cf. Azevedo, 1935, p. 88). A evolução social deve ser definida como “uma transformação contínua da organização social, e em cuja base se acha a mudança das relações econômicas que, proporciona, sem dúvida, uma ‘oportunidade’ para o progresso, mas não é o progresso em si mesmo”.

⁷ Sobre a relação entre os recortes temáticos e o método sociológico desenvolvido por Azevedo ver Azevedo, 1954, p. 20.

⁸ Em *Sociologia educacional* Azevedo considera: “Em todas as sociedades, essas tradições verdadeiramente conscientes e as demais formas de tradição, jurídicas, morais, religiosas, são fatos que, ligando de maneira permanente os grupos e subgrupos, os indivíduos no interior destes, e todos entre si, no interior da própria sociedade, ‘perpetuam entre os tempos da vida social geral a continuidade necessária’, ao lado de outros fatos tradicionais, técnicos, econômicos, estéticos, etc. que ‘desempenham esse mesmo papel geral para as atividades especiais’. Embora o poder de cada uma dessas tradições seja variável conforme as espécies, os grupos e as épocas, é certo que a tradição se estende a tudo, observa Mauss, e é ao menos muito poderosa, impondo-se aos grupos e aos indivíduos por uma ação freqüentemente irresistível a que Durkheim chamou ‘poder coercitivo’. Uma vez criada ou estabelecida, o que se transmite é sempre a tradição, pois é pela transmissão de seus padrões culturais, de suas tradições resultantes de experiências acumuladas e das necessi-

dades da vida em comum, que as sociedades mantêm a sua coesão, no espaço, e a continuidade no processo de sua evolução” (Azevedo, 1954, p. 46).

⁹Um dos temas recorrentes na obra é o da urbanização, utilizado pelo autor como critério para verificar o grau de civilização em que uma sociedade se encontra: “o desenvolvimento das cidades é um dos fenômenos mais importantes, na sua função de intensificar as energias coletivas ao mais alto grau de desenvolvimento possível às capacidades latentes e dispersas na população” (Cf. Azevedo, 1958, p. 31). Para o autor, o desenvolvimento das cidades é índice objetivo de uma civilização superior, portanto, está diretamente relacionado com o desenvolvimento cultural, sendo mesmo um de seus fatores determinantes.

¹⁰A possibilidade da especialização dos estudos sociológicos, que provoca o desenvolvimento da Sociologia geral, está na interdependência dos fenômenos sociais, ou seja, na especificidade do social – a investigação em qualquer dos setores no vasto domínio dos estudos sociológicos não pode ficar sem repercussão maior ou menor nos estudos a que se proceder sobre as categorias de fenômenos, pois há uma unidade profunda entre as diversas ordens de fatos estudados pelos especialistas (Cf. Azevedo, 1954, p. 21).

¹¹Para Azevedo, se a Sociologia procura nos fatos passados a determinação dos fenômenos presentes, não o faz como a História: “tem por fim, não reconstituir o passado com suas condições de tempo e de lugar preciso (o que compete á historia), mas observar á luz dos documentos, as reações e os processos sociais que os quadros historicos revelam, as atitudes e o comportamento dos grupos sociais, cujo estudo, nas sociedades atuais, póde e deve ser feito pela observação direta. [...] A observação indireta (ou metodo historico) póde, no entanto, contribuir não sómente para a explicação de evolução das socieda-

des humanas, através do estudo das sequencias naturais historicas dos acontecimentos, como tambem para a explicação sociológica que consiste exclusivamente, como quer Durkheim, ‘em estabelecer relações de causalidade, quer se trate de ligar fenomenos á sua causa, quer se trate, ao contrario, de ligar uma causa a seus efeitos uteis”’ (Cf. Azevedo, 1935, p. 290).

LOURENÇO FILHO M.B.

Introdução ao estudo da Escola Nova. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1930 (Bibliotheca da Educação, v. XI).

A gênese do livro

Desde meados da década de 1920, Lourenço Filho vinha expondo e sistematizando suas idéias e seus princípios sobre a inovação escolar, então em curso, no opúsculo intitulado *A Escola Nova* (resposta a uma inquérito)¹ e na conferência proferida no Rio de Janeiro e também intitulada “A Escola Nova”.

“Realizou-se, hontem, no Instituto Nacional de Música, perante um público numeroso e selecto, a annunciada conferencia do Professor Lourenço Filho sobre a ‘Escola Nova’.

O orador começou fazendo notar que nenhuma expressão é mais equivocada que a de ‘Escola Nova’. Num sentido amplo, cada época tem apresentado a sua ‘Escola Nova’, pois a cada época tem correspondido idéas diversas e technicas diferentes. Declarava, pois que não era nesse sentido que ia tratar do assumpto, mais exclusivamente da escola nova de nosso tempo, que é, aliás, o que interessaria á reforma do Districto Federal.

[...]

Nessa variedade de sistemas em que hoje se agitam os educadores, ora variam os fins e, por isso mesmo,

correspondentemente, os principios da actividade em que empenham: ora variam, os principios mesmos, dados fins identicos, porque uns, mais capazes se approximam de technica mais imprecisa a que a sciencia já fornece bases de applicação; outros empiristas ensaiam o que é possivel fazer com os recursos de sua propria experiencia.

Não nos illudamos, pois, e tenhamos sempre presente o quê desejamos fazer, para só depois esclarecer os meios de fazer. Não é isso o methodo, de que já nos falaram os gregos – ‘o caminho para um fim?’

O Prof. Lourenço Filho termina, então, por analysar quaes os ‘fins’ da escola moderna e em que principios ella se assenta.

A escola-nova, diz, é uma escola essencialmente socializadora, para o que emprega systemas de trabalho em comunidade. É ainda uma escola vitalista, contraposta á escola intellectualista de outros tempos.

Esses fins e principios é a sua opinião, figuram na reforma do Districto Federal, desde – diz terminando – se deve esperar o typo da ‘escola nova brasileira’”.²

Posteriormente, em 1929, o autor ministrou nove lições sob o título geral “A Escola Nova – Curso pelo Dr. Lourenço Filho”, no Instituto de Educação (ou Instituto Pedagógico) na cidade de São Paulo, abordando um temário concernente à renovação educacional. Ao final de cada plano de aula, constava o tópico “Leituras recommendadas”, indicando-se autores e obras que começavam a figurar sistematicamente nos livros de inúmeros intelectuais envolvidos com pedagogia no seu sentido mais amplo: pedagogia social, onde o tema “escola nova” assumiu um significado programático, sugestivo e mobilizador.

O livro

“Até que enfim, o prof. Lourenço Filho nos dá, em materia educativa, o